

A Colonia Brasil: história e historiografia

José Jobson de Andrade Arruda

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
BRASIL
jjarruda@usp.br

Resumo:

Este texto tem por finalidade propor uma reflexão conjugada da história produzida pelos historiadores que se ocuparam da trajetória da colônia Brasil na modernidade, momento em que se constrói um novo sistema de colonização fundamentado no capital mercantil e no trabalho compulsório de africanos e nativos, arregimentado pelos imigrantes brancos livres, majoritariamente portugueses, transformados em colonos por sua vivência colonial, um sistema reagido pelos princípios do monopólio e do exclusivo, configuração típica do imperialismo do mercantilismo.

Palavras chave: sistema colonial, capitalismo comercial, imperialismo do mercantilismo, padrões de colonização

Abstract:

This paper proposes a joint reflexion on the history produced by historians interested in the trajectory of the colony Brazil in modern times, an epoch during which a new system of colonization is built, based on mercantile capital and on the forced labor of africans and natives, organized by free whites immigrants, in their majority Portuguese, transformed into settlers by their colonial experience; a system ruled by the principles of monopoly and colonial exclusivity, typical of the imperialism of mercantilism.

Keywords: colonial system, commercial capitalism, imperialism of mercantilism, patterns of colonization

O CENÁRIO

A trajetória trisecular da colônia Brasil se inscreve no bojo do primeiro fenômeno de colonização sistemática havido na história, evento de grande magnitude sem paralelo nas práticas colonizadoras havidas até então. O palco de seu desenvolvimento foi o continente americano, cenário em que se desenrolam experimentos colonizadores assemelhados que resultaram na constituição formal ou informal dos I(imp)érios coloniais ibéricos, espanhol e português, aos quais se seguiram o britânico, o francês e o holandês, este, uma espécie de *bulk carrying trade* que se diferenciava dos demais pela singularidade de erigir-se sob a égide de um Estado República: a República Neerlandesa. Impérios que entenderam seus tentáculos aos confins dos continentes afro-asiáticos, tornados espaços conectados, ancilares, mas estratégicos para o desenvolvimento do processo colonizador no mundo americano, especialmente o africano por conta da trata de negros.

Um sistema de colonização moderno que se faz sob o signo do capital mercantil; que se expressa sob a forma do imperialismo do mercantilismo, cujo real significado, contudo, somente pode ser aquilatado se pensado em relação ao segundo sistema de colonização que a ele se segue com o hiato de algumas décadas, momento de passagem do *sistema colonial moderno* ao *neocolonialismo* do meio século XIX, colonialismo atrelado ao movimento do capital industrial e ao nascente capital bancário, forma embrionária do capitalismo financeiro que se tornaria hegemônica no século XX e atingiria sua forma sublimada, sua quintessência, no capitalismo financeirista das últimas décadas do século XX e iniciais do século XXI. A comparação entre estes dois sistemas de colonização que vincaram a história do mundo ocidental significa uma amplificação necessária do foco de análise para que dela se possa extrair os elementos essenciais que viabilizem a comparabilidade que nos permitirão detectar as continuidades, as sobreposições, as rupturas. Em suma, captar as diferenças qualitativas que matizam os sistemas e nos dão a perceber com maior nitidez o movimento ondulante da história. Apesar de diferenças essenciais, pode-se identificar traços de continuidade entre o primeiro e o segundo sistema de colonização delineados.

Nesse sentido, a colonização da América foi uma escola para os arquitetos do colonialismo na África e na Ásia, muitas de suas experiências foram recicladas e postas em prática, pois ainda vigiam em algumas localidades, como é o caso de Cuba que somente deixa de ser colônia do antigo tipo ao tornar-se nação independente, já nas primeiras décadas do século XX, ou porque estavam muito frescas na memória dos novos colonizadores. E, talvez ainda mais importante, pelo fato de terem aprendido que, em determinadas circunstâncias, o domínio informal poderia ser mais rentável economicamente e mais vantajoso politicamente do que a dominação direta, forma de imperialismo

que sobreviveu aos dois sistemas consolidados de colonização, caracterizando-se como a forma mais abstrata e também mais insidiosa de exploração dos Estados saídos tanto da primeira quanto da segunda descolonização.

Não só a constituição e o desenvolvimento das colonizações, moderna e contemporânea, constituem-se em parâmetros inescapáveis ao delineamento do grande quadro que envolve estes fenômenos históricos. O seu colapso também o é. A onda descolonizadora que varre os países africanos e asiáticos no pós-Segunda Guerra Mundial, somente encontra paralelo, em termos do seu impacto histórico, na primeira escalada do movimento emancipacionista das colônias da época moderna, inscritas no Sistema Colonial da Época Moderna e que redirecionam o *front* dos acontecimentos, na passagem do século XVIII para o XIX. De fato, a emancipação das antigas colônias ibéricas, inspiradas na precedência das 13 colônias inglesas da América do Norte, constituem-se no evento histórico de maior relevância naquele momento, evento cujas repercussões ultrapassariam de muito os estreitos limites cronológicos de sua incidência e do espaço geográfico de sua ocorrência.

O DEBATE HISTORIOGRÁFICO: DOS CLÁSSICOS AOS REVISIONISTAS

A ruptura dos liames entre a metrópole portuguesa e a colônia brasileira tem significado diverso na tradição histórica encetada, a partir de então, pelos dois Impérios. A natureza mesma dessa ruptura, seu significado histórico específico, comporta visões diferenciadas consoante o ângulo do observador. As razões de sua eclosão, igualmente, percorrem um vasto leque de encontros e desencontros em termos explicativos por parte dos historiadores, o que exige uma análise historiográfica detida, inserida nos novos procedimentos que assumem a historiografia como consciência crítica da história e não meramente como a história da história, como sucessão contratada de escolas históricas.¹

Começar por estas questões talvez ajude a compreender o fulcro de nossa análise. Pensa-se numa colônia específica, localizada na *terra brasilis*, sua forma particular de inserção histórica, o sistema colonial da época moderna e, privilegiadamente, o momento crucial da ruptura entre a metrópole e a colônia, isto é, a crise do Império Luso-Brasileiro. Para tanto, torna-se indispensável a rememoração das linhas mestras do regime colonial aqui implantado, sem o que, os fatos contingentes da transformação seriam ininteligíveis, reforçando a perspectiva acidental da história, ao mesmo tempo que se explicita a pegada interpretativa dos principais historiadores que trabalharam a temática do Brasil colonial à luz das novas concepções teórico-metodológicas da análise historiográfica, entendida em sua feição tradicional.

Iniciamos por uma constatação aparentemente tautológica. Não se trata de qualquer colônia. Não é uma colônia de povoamento à semelhança das

colônias inglesas da América do Norte.² Não é, primacialmente, o espaço de realização da política de fomento do Império português, como se a colônia fosse mera extensão territorial ultramarina do continente metropolitano português. Trata-se, isso sim, de uma colônia de exploração, universo histórico privilegiado na produção de superlucros destinados a alimentar o crescimento e o desenvolvimento da metrópole europeia, por meio da tríade latifúndio-monocultura-escravidão e do regime de exclusivo aplicado aos núcleos coloniais. Ser de povoamento ou de exploração não significa, contudo, exclusão absoluta. Na colônia de povoamento a exploração se fazia presente: na de exploração, a presença populacional era inescapável. A diferença se explicita na ênfase, no elemento que detém a primazia explicativa e que integra, certamente, outras variáveis, que na sequência da análise contemplaremos.

A Caio Prado Júnior e, sobretudo, Fernando Antônio Novais, deve-se a fixação dos paradigmas referenciais que conduziram à teorização e consequente conceituação sobre a existência de um determinado sistema colonial da época moderna (Prado Júnior, 1961a, 1961b; Novais, 1979). A relação entre a colônia (Brasil) e a metrópole (Portugal) realizava-se sob a égide da noção de exclusivo comercial, ou seja, o monopólio do fluxo mercantil reservado unicamente para a metrópole, cuja efetividade tornava imprescindível a adoção de uma política protecionista robusta que exigia, por seu turno, ações afirmativas de natureza fiscal e militar para sua plena consecução. A função precípua da colônia era, portanto, a de acelerar a acumulação primitiva de capitais, produzir excedentes via reexportação dos produtos coloniais nos mercados europeus, lucros estes que beneficiaram diretamente a burguesia mercantil do Reino e indiretamente elite aristocrática incrustada no aparelho de Estado, na forma de privilégios e mercês. Eram lucros de monopólio. Não quaisquer lucros. Expressavam a exclusividade da compra dos produtos coloniais a preços rebaixados e a certeza de altos-lucros na revenda. O abastecimento das necessidades coloniais com produtos produzidos na metrópole ou adquiridos nos mercados continentais, igualmente garantidores de vantagens excepcionais, completavam o circuito do capital (Arruda, 2014b).

O monopólio é a chave para a compreensão desse fenômeno histórico. Sem ele, provavelmente, nenhum Império ter-se-ia formado nos anos anteriores a 1800. Significava “o direito exclusivo sobre um determinado produto, ou sobre o comércio com um determinado país; direito exclusivo que poderia ser concedido a pessoas ou companhias” (Hamilton, 1948: 53), sendo, portanto a gíria do sistema. No espaço colonial, o capital mercantil, ancorado no monopólio, ultrapassou os limites da circulação, adentrando singularmente os domínios da produção agrícola, garantindo a realização monetária da produção no mercado mundial. Concretizava-se, por esse meio, a subordinação do processo produtivo ao capital mercantil, através da reimplantação na América do trabalho compulsório, nativo ou africano, projetando o tráfico à condição de elemento propulsor do sistema, pois a acumulação, em função das restri-

ções internas para a reprodução local da mão-de-obra, impunha a reposição dos estoques via tráfico, sobrelevando seu papel na reprodução das relações sociais (Novais, 1969a).

A questão de fundo nesse contexto é a própria natureza do capital mercantil. Nesta fase histórica do capitalismo, o capital fixo jogava um papel relativamente diminuto no processo de reprodução. Com exceção da terra, uma parcela ponderável da riqueza consistia em capital circulante, o que demandava pagamentos quase imediatos, enorme liquidez que, ao mesmo tempo, gerava amplas disponibilidades de capitais para investimentos rentáveis, capazes de atender à exigência de realização rápida dos investimentos mercantis. Isto explica porque os negociantes de grosso trato praticamente desconheciam a especialização, característica que prevalecia, não obstante, entre pequenos negociantes, mestres e logistas. Os grandes negociantes atuavam sob os impulsos do momento, podendo ser sucessiva ou concomitantemente mercadores, armadores, financistas, seguradores, banqueiros e, excepcionalmente, empresários agrícolas ou industriais. Uma volubilidade intrínseca presidia o movimento do capital mercantil, que produzia em consequência uma volúpia pela compensação das perdas, o olhar arguto para as inovações do mercado: perdas com a pimenta eram compensadas no comércio da cochonilha; nos financiamentos para os Estados eram recuperadas nos empréstimos aos pequenos agricultores; nos fretes das cargas eram compensadas com a elevação do seguro das mercadorias; na armazenagem poderia significar deslocamento para a construção naval.

O capital mercantil se preservava criando alternativas para fugas rápidas, compensatórias. Buscava proteção e valorização. Por isso, Braudel afirmava que não havia um ramo da atividade econômica que fosse suficientemente remunerador e capaz, portanto, de absorver toda potencialidade do capital mercantil. Daí sua decantada maleabilidade, que poderia levá-lo às atividades mineradoras e industriais e, no limite, até mesmo a investimentos em terras, menos por sua rentabilidade potencial e muito mais por sua capacidade agregadora em termos de prestígio social.³

Agilização do circuito do capital era a expressão de comando do capital mercantil. Fossem matérias-primas, mercadorias, armazéns, equipamentos, navios, moedas. Mas também poderia ser crédito para clientes e agentes, serviços de câmbio, operações bancárias e securitárias. Buscava-se estreitar o circuito monetário, ampliando-se a lucratividade pela pluralização das chances de investimentos, o que o levava a resistir em adentrar a produção e submetê-la diretamente ao seu controle, preferindo as formas de subordinação indireta, mesmo que isso viesse a significar que a maior parcela do capital circulante representasse gastos com o trabalho incorporados na mercadoria. Em compensação, aproximavam-se os dois pólos extremos do circuito do capital, pois não havia imobilização em fatores de produção, garantindo-lhe plena liberdade para transladar-se rapidamente às melhores opções do mercado.

Isto explica porque o capital mercantil engloba tanto o trabalho independente do artesão europeu, quanto o trabalho compulsório nas plantações tropicais, representando ambos custos elevados para o capital circulante, mas que deixavam para seus controladores imediatos o ônus de manutenção e reposição dos estoques. Assim se explica a natureza conservadora do capital mercantil, e o fato subsequente de que somente quando as chances de lucro rápido pelo giro mercantil se contraíram é que o capital mercantil tendia a penetrar na produção, ampliando inevitavelmente a parcela de capital fixo imobilizado, com conseqüente perda de versatilidade, que sempre fora sua grife indelével (cf. Arruda, 1996a). Neste contexto, o tráfico africano de escravos projeta-se à condição de elemento motor da acumulação de capital no espaço colonial pela participação sempre crescente dos traficantes brasílicos, que operavam principalmente a partir do porto do Rio de Janeiro, transformado num dos portos de escravos mais importantes de todo o sistema atlântico, sem prejuízo da acumulação que tradicionalmente se fazia no espaço metropolitano pela continuidade da relação tripolar (cf. Arruda, 2008a).

Portanto, o essencial a reter é a subordinação completa do movimento histórico da economia colonial à preponderância do capital mercantil que, na fase de expansão das economias centrais europeias, subordina a produção na sua forma artesanal e manufatureira, determina o padrão e os limites do processo de acumulação e comanda o ritmo das economias coloniais (cf. Mello, 1982: 89). Estabelece-se por esta via uma relação de cumplicidade entre a metrópole e a colônia, articulação vital entre capitalismo e colonização, cristalizada na função colonial. Daí a inevitabilidade da subordinação da economia e da sociedade colonial. Afinal, a produção colonial não se autodetermina, isto é, o circuito do capital somente se completa fora da colônia, quando as mercadorias de novo se transformam em dinheiro e o dinheiro se metamorfoseia em fatores de produção, especialmente na aquisição de escravos no mercado externo posto que não há reprodução na colônia dessa força de trabalho, a não ser em escala modesta e, portanto, insuficiente para prover o ritmo do consumo de força trabalho exigido pela economia colonial. A mais, a parcela do excedente que se transformava em lucro realizava-se no plano externo, concentrando-se nas mãos da burguesia mercantil, isto para não invocar o fato de que as decisões políticas essenciais se davam igualmente no espaço da metrópole, na Corte, e não da colônia.

Destarte, a compreensão global desse processo histórico particular, envolve a captação dessa interação dialética entre a condição colonial articulada à metrópole e a formação social escravista da colônia, interação esta na qual o comando também se encontrava fora do espaço colonial, pois a reprodução das relações sociais dependia do fluxo migratório africano compulsório. Essa ênfase no comando externo da condição colonial não significa, contudo, a exclusão permanente e definitiva da ação dos homens coloniais na busca de sua autodeterminação, fosse econômica ou política. Ao se delinear as linhas-

mestras dessa relação, não se exclui a gradativa interiorização da colônia e, por desdobramento, a internalização do seu fluxo de renda, equivalendo dizer, do processo de acumulação que tende a endogenizar-se.

A ênfase no setor exportador da economia colonial não significa desconsiderar a importância da produção de subsistência ou do abastecimento. Os estudiosos que centram sua atenção no setor exportado o fizeram por várias razões. Primeiro porque era, efetivamente, aquele que garantia a própria condição colonial. Segundo, porque a documentação mais abundante e acessível que facultava ao historiador o desempenho de suas tarefas era exatamente aquela referente ao mercado externo, a exemplo das Balanças de Comércio, documentação volumosa, rara, que propiciava um diagnóstico muito próximo da realidade sobre a vida econômica da colônia, ao passo que a documentação sobre a produção interna da colônia, não atrelada ao mercado exportador, destina ao abastecimento é rarefeita e, portanto, de difícil avaliação por exigir avaliações indiretas, formuladas a partir de inferências extraídas de modo oblíquo da documentação. Nestes termos, somente depois de esgotados os documentos de maior visibilidade, acessibilidade e trato, relativos ao setor exportador, é que a atenção dos pesquisadores se voltaria para o estudo das produções destinadas ao mercado interno. É natural. Mas não foi somente isso. Sensíveis mudanças nas perspectivas historiográficas estimularem o redirecionamento do foco das pesquisas para as questões internas, concentrando-se no papel da produção e da acumulação de capitais na colônia. O equívoco foi reificar este processo, transformá-lo em paradigma dominante e, paralelamente, desqualificar a importância do mercado externo, iniciativa que confronta as evidências empíricas e elide o fato de que mercado interno e externo são pares complementares, não há um sem o outro. uma forma desnecessária de justificar as novas tendências, esquecendo-se de que mercado interno e externo são pares complementares, não há um sem o outro (uma forma desnecessária de justificar as novas tendências, esquecendo-se de que mercado interno e externo são pares complementares, não há um sem o outro. Trecho repetido, deletar). Daí, a tendência à radicalização dos escritos daqueles que foram considerados seus “contrários”, ou seja, os historiadores que enfatizaram a equação externa da economia colonial, a partir de então acoimados de “externalistas”, atribuindo-lhes afirmações que não fizeram, isto é, negar qualquer significado à produção interna no processo de constituição histórica da colônia.

A busca inaudita de originalidade levou pesquisadores sérios a formulações incautas. Um exemplo é esta síntese do que possivelmente significaria o sentido da colonização outorgada aos autores ditos tradicionais: “a economia colonial não presenciaria a constituição de um mercado interno suprido por produções locais, a possibilidade de gerar acumulações endógenas e muito menos teria condições de possuir ritmos econômicos próprios, desvinculados do mercado internacional e das economias aí dominantes” (Fragoso, 1992: 20).

Como se o conceito chave de Celso Furtado em seu clássico *Formação Econômica do Brasil* o conceito de fluxo de renda e o atrelamento da história econômica brasileira ao seu processo de internalização, nada tivesse a ver com formação do mercado interno? Como, se Fernando Novais, ao explicar a crise do sistema colonial não tivesse afirmado que a razão da ruptura estava no fato de que não seria “possível explorar a colônia sem desenvolvê-la”? (Novais, 1972: 23). Mais explícito impossível. Fernando Novais diz, algures, ser impensável a exploração econômica das colônias sem a criação de condições mínimas, ou seja, a implantação da máquina burocrático-administrativa, a criação da infraestrutura portuária, das vias de circulação, do aparato de defesa interna e externa, da produção complementar ao setor exportador, representado pela subsistência. Em suma, é flagrante a impossibilidade de explorar as riquezas coloniais sem desenvolver progressiva e concretamente a colônia, sem intensificar e ampliar suas massas populacionais e, por decorrência, sem agravar as tensões, os conflitos e resistências.

A diversificação da produção colonial na América Luso-Espanhola é um atestado dessa assertiva. Na América Hispânica, nas zonas consideradas centrais, por volta de 1600, a população era densa, com igrejas, monastérios, comércio intenso, horticultura e atividades industriais especializadas. Nas zonas ditas intermediárias, cultivavam-se produtos destinados à exportação e ao consumo interno, havendo indústrias especializadas em matérias-primas locais. Nas regiões periféricas o comércio era ainda mais rústico, assentado na criação de muares e cavaleiros (Van Bath, 1979: 78). No Brasil, a maior ou menor utilização dos escravos na produção destinada ao consumo estava estreitamente vinculada às flutuações do setor exportador, mas constituíam atividades nada desprezíveis no cômputo global dos valores de uso realizados na colônia.⁴

Esta constatação não permite, contudo, inverter a roda da história. Interpretar a economia colonial, isto é, do século XVI à primeira metade do XVIII como substancialmente definida pelo tripé: acumulação endógena, mercado interno e capital mercantil colonial residente é excessivo. Sobretudo se a ela se atribuí um novo “sentido” para a colonização, que se expressaria na “relativa autonomia do processo de reprodução da economia... diante das flutuações do mercado internacional”; nos “processos de acumulação endógena e [na] retenção da parcela do sobre trabalho gerado pela agro exportação no interior do espaço colonial”; e finalmente, por considerar-se que “esse capital [seria] residente, para além do excedente apropriado pelo produtor” (Fragoso, 1992: 21). Tal interpretação significa transferir para o núcleo duro da colônia as características que começaram a se formar nas suas bordas, no último quartel do século XVIII, momento no qual, consensualmente, aceita-se que as estruturas coloniais encontraram-se em franca ebulição. Não se pode tomar as feições adquiridas pela natureza da acumulação mercantil nos meados do século XIX,

na órbita de grandes mercados urbanos como o Rio de Janeiro, e transferi-las para realidades absolutamente diversas postas nos primeiros séculos da colonização como fez João Fragoso.

Em texto recente e com a propriedade usual, Fernando Novais retomou essa questão, explicando aos seus incuriais intérpretes que, ao falar de exploração colonial pensava nos mecanismos de conjunto que enlaçavam o mundo metropolitano e colonial e, que a ênfase na “acumulação para fora, externa, refere-se à tendência dominante no processo de acumulação, não evidentemente à sua exclusividade”. Em decorrência, “é claro que alguma porção do excedente devia permanecer “capital residente” na Colônia, do contrário não haveria reprodução do sistema”. O uso da expressão capital residente alude a quem se destina à réplica e, sem ser tautológico, mas precisando ser pedagógico, Fernando revebera: “Não se trata, desde logo, de uma formação social capitalista que se elabora sem acumulação originária; mas com um nível baixo dessa acumulação”. Nível baixo não significa estagnado, mas sim crescente, na medida em que o processo se punha em movimento. O reproche à leitura forçada que fizeram de seus escritos, se expressa enfaticamente nessa formulação: “Não cabe, portanto, a increpação de obsessão com relações externas (porque não estamos falando de nada externo ao sistema), nem de desprezo pelas articulações internas, pois estas estão não são incompatíveis com aquelas; trata-se, simplesmente, de enfatizar um ou outro lado, de acordo com os objetivos da análise. Nesta mesma linha, os trabalhos recentes e de grande mérito sobre o mercado interno no fim do período colonial não refutam (como seus autores inclinam a acreditar) de maneira nenhuma aquele esquema que gostam de apodar de “tradicional”; o crescimento do mercado interno é, pelo contrário, uma decorrência do funcionamento do sistema, ou, se quiserem, a sua dialética negadora estrutural”.⁵ Mais explícito impossível. Se as apropriações destarte realçadas identificam o “tradicional”, e se isto é sinônimo de passado de superado adiro do “tradicional”, contra o pretensamente “moderno”, mas certamente, como tudo da construção histórica, nada eterno.⁶

As incongruências da interpretação *internalista* não passaram despercebidas ao brasilianista Stuart B. Schwartz (1996) em seu estudo crítico “Somebodies and Nobodies em the Body Politic: Mentalities and Social Structures in Colonial Brazil”.⁷ Para ele, o argumento de que o mercado interno passou a conduzir a economia como um todo, sobrelevando a natureza interna do processo de formação do capital e tornando a dependência externa menos crucial na formação social do Brasil, gera uma tensão permanente em sua argumentação (de João Fragoso) que, permanentemente, reconhece a inextricável articulação entre a economia interna e o comércio exterior. Exemplo notável desta relação é o incremento da produção de alimentos no mercado interno, estimulada pelas exportações crescentes da colônia no vácuo da produção antilhana, desarticulada pela revolta de São Domingos em 1792

e pela peculiar conjuntura internacional gestada pelas guerras da Revolução Francesa e do Império Napoleônico. A importação crescente de mão-de-obra escrava e o salto demográfico explosivo da população no Rio de Janeiro, que aumentou 160% entre 1799 e 1821, atestam os liames entre o crescimento do mercado interno e a dinâmica do setor externo, demonstrando ser um exercício de contorcionismo ineficaz a tentativa de colocar a ênfase no mercado interno em detrimento do mercado externo, acabando por criar uma tese sobre falso referente.

Inscrito nas hostes daqueles que estudaram prioritariamente o setor exportador,⁸ constatamos uma significativa diversificação do mercado interno colonial, especialmente na segunda metade do século XVIII, quando a exportação colonial passa de 31 produtos, em 1756, para 126, em 1796, dentre os quais registra-se a presença de vários produtos agro-pecuários novos ao lado de produtos tradicionais, a exemplo do açúcar, mas em quantidades e valores muito menos expressivos. O açúcar que já representara nos meados do século XVII cerca de 90% do valor monetário das exportações expressos em libras, passa a significar, no final do século XVIII, não mais do que 35% do total da exportação. A maior parcela, portanto, é constituída por uma variedade de produtos recentemente incluídos na pauta de exportação que respondem pela dinamização do mercado colonial, a internalização do fluxo de renda e a intensificação da acumulação endógena, se quisermos utilizar a designação dos contrários, a “internalização do capital residente”. Gradativamente, a colônia desgarrava-se da rigidez do pacto colonial, apresentando expressiva variedade nas configurações sócio-econômicas regionais: nas relações de trabalho; no tipo de exploração econômica, nas formas de propriedade, nos índices de renda *per capita*, no nível dos preços, atestando crescente diferenciação interna,⁹ condições estratégicas para a constituição de um centro dinâmico igualmente interno.

O aceleração das mudanças na colônia acentuavam a tendência ao deslocamento das diretrizes do monopólio metropolitano, apontando para a crise do sistema colonial e a conseqüente emancipação política. Tais mudanças, contudo, não se fazem ao arbítrio da colônia, e sim na sua intersecção com o mundo metropolitano. De fato, foi na segunda metade do século XVIII que, sob a égide das reformas pombalinas, a política colonial portuguesa, especialmente aquela direcionada ao Brasil, o regime de monopólio passou por alterações sensíveis, mesmo preservando as linhas mestras da política mercantilista. Sob o impacto da crise que se abatia sobre o Império Português, diretamente relacionado à retração da produção aurífera brasileira, imprime-se uma nova diretriz influenciada pela ilustração européia, o chamado “mercantilismo ilustrado português”, que objetivava a realização de reformas no sistema colonial com vistas ao aumento da produção da colônia e a promoção de sua integração mais intensa com a economia metropolitana.

O dilema dos estadistas portugueses, na ótica de Fernando Novais, era atroz: “para conseguir aproveitar os estímulos da exploração de sua grande colônia, Portugal precisava desenvolver-se; mas a exploração da colônia era condição para seu [próprio] desenvolvimento. Imaginar uma ‘integração’ era quanto se conseguia propor para superar esse dilema insolúvel. Mesmo assim, para conseguir ‘integrar’, tinha de modernizar-se, mas, agora no nível interno, isso levava a um novo dilema: mobilizar o pensamento crítico para empreender as reformas, e contê-lo para que não revelasse a sua face revolucionária. O ecletismo teórico e o reformismo prático não conseguiram, pois, superar as agudas contradições por onde se manifestava a crise” (Novais, 1979: 301).

Noutros termos, a manifestação do reformismo ilustrado na política colonial somente adquiriria total inteligibilidade desde que fosse inserida no quadro mais geral da crise do sistema. E esta crise resultava de sua própria estrutura e funcionamento na medida em que, ao acelerar a acumulação de capitais, acelerava-se o processo de acumulação mercantil e a sua metamorfose em capitalismo industrial, especialmente na Inglaterra, postada no centro da economia europeia. Em Portugal, a transformação vital representada pela passagem da manufatura à produção baseada na máquina-ferramenta, resultava do impacto do mercado mundial e, sobretudo, do mercado colonial. Por essa via, peças fundamentais do sistema colonial, tais como monopólio e escravismo, tornavam-se gradativamente obstáculos intransponíveis ao desenvolvimento do capital em escala mundial, colocando em cheque a própria exploração colonial assente nas determinações mais gerais do capital mercantil (*ibidem*).

As mudanças estruturais no âmago do sistema são, por certo, as condições mais amplas na explicação da crise do sistema colonial. Desdobramento quase natural dessa assertiva é relembra a contradição maior que a exploração colonial engendrava: o crescimento e o desenvolvimento da colônia. No plano mais imediato, o papel das circunstâncias conjunturais precisa ser remetido às transformações estruturais, especialmente, as relações entre França e Inglaterra. As mudanças na conjuntura política europeia não pode, de *per se*, ser responsabilizadas pela crise do sistema colonial. Atribuir toda responsabilidade aos bloqueios e contra-bloqueios é tomar a nuvem por Juno, é minimizar a ação dos agentes coloniais.

Jorge Pedreira, em seu estudo sobre a *Estrutura Industrial e Mercado Colonial*, afirma que as vibrações conjunturais emanadas das guerras que se seguiram às revoluções americana e francesa “concorreram para uma vasta reordenação da economia internacional e facultaram as condições para a independência das colônias que as monarquias ibéricas possuíam na América” (Pedreira, 1994: 516). Não negligencia, certamente, as relações entre os movimentos estruturais, as oscilações conjunturais e as alterações político-militares. Mas, coloca no ostracismo absoluto qualquer ação concreta da colônia nas mudanças que então se operavam, tornada espectadora passiva de seu próprio destino.

A idéia de inércia colonial transparece, igualmente, nos escritos de Valentim Alexandre. A comunidade de língua, hábitos e religião seriam responsáveis por uma determinada forma de solidariedade entre brasileiros e portugueses que, apesar de rompida pontualmente como no caso dos emboabas [enfrentamento entre paulistas e portugueses na região das minas nos incios do século XVIII] era, no geral, reforçada pela necessidade de manter a dominação sobre a imensa massa escrava. Em decorrência, o “Estado luso-brasileiro funcionava ainda sem tensões excessivas, tanto no domínio econômico quanto no político (...). Num ambiente de prosperidade mercantil generalizada, as pressões nacionalistas no Brasil, ainda incipientes, não criam nunca qualquer ameaça real de ruptura” (Alexandre, 1993: 811). Se assim era, a implosão do pacto colonial teria que ser explicada, forçosamente, de fora para dentro, a partir de alteração no quadro de forças definido pelas relações políticas e diplomáticas entre as nações européias hegemônicas, especialmente, França e Inglaterra, porquanto, à Portugal, ficava reservado um papel igualmente passivo, o de contorcer-se entre os pólos rivais, esgueirando-se sistematicamente em meio aos conflitos sempre à busca de uma neutralidade impossível, mas oportunamente proveitosa enquanto durasse.

É notável a minimização do papel da Colônia na busca de seu próprio destino. Reifica-se a visão incruenta da trajetória histórica da Colônia. Sublima-se o papel das numerosas manifestações de resistência que se agudizam na segunda metade do século XVIII, especialmente o papel da Inconfidência Mineira, manifestação objetiva e sintomática dos descontentamentos da população colonial em relação à metrópole portuguesa.¹⁰ Um raro paradigma indiciário.

RESSIGNIFICAÇÃO COLONIAL

A recuperação histórica do papel da Colônia na superação do antigo sistema colonial, impõe a retomada de sua trajetória no último terço do século XVIII. Não se pode falar em decadência de Portugal nesse período. Nada que lembrasse a retração mercantil do XVII, desenrolada sob o impacto da grande crise havida em sua primeira metade. Crise que afetou diretamente os rendimentos gerados pela exportação do açúcar dada a baixa sensível de preços, compensada com vantagem em termos do tesouro português pelo boom da extração aurífera. Uma situação financeira favorável que, contraditoriamente, beneficiava mais a Inglaterra do que Portugal, pelo aumento das importações portuguesas que comprometiam a produção manufatureira interna e estimulava a britânica, traduzindo-se em déficits persistentes na balança comercial entre os dois países. Isto explica porque, paradoxalmente, foi o colapso da produção aurífera que levou ao reequilíbrio da balança comercial no último quartel do século XVIII, torna-se mesmo superavitária em relação aos ingleses em alguns momentos. Um feito histórico. Com isso foi possível?

Uma nova articulação nas reações metrópole-colônia é a resposta. A continuidade da política pombalina, o seu caráter integrado, no qual indústria, agricultura e comércio são objetos da ação governamental, definindo-se um amplo espaço de ação das políticas públicas com elevado grau de unidade. Considerando as minas riqueza fictícias, Pombal fez do estímulo à agricultura o epicentro de sua ação política. Seus efeitos não tardaram. Expressa-se na diversificação agrícola no espaço colonial brasileiro que gera produtos para a reexportação do Reino, alimentos para a população metropolitana e matérias-primas para as manufaturas, enlaçando indústria metropolitana e agricultura colonial, transformando a caminhada rumo a industrialização uma possibilidade concreta. A criação das companhias de comércio, cuja finalidade era exatamente unir os espaços agrícola e industrial, separados pelo oceano, fechava o circuito da perspectiva econômica em que então se delineava para o Império Luso-Brasileiro. Nestes termos, a política industrialista portuguesa não foi fruto passageiro de uma crise comercial, como ocorrera no século XVII. Tem um caráter estrutural e enorme potencial transformador, seja na metrópole, seja na colônia, uma política consciente de substituição de importações movida diretamente contra a Inglaterra que instala manufaturas em Portugal e diversifica a agricultura no Brasil.

Esta interpretação confronta as explicações do grande historiador Victorino Magalhães Godinho, para quem, “os movimentos industrialistas se deram no seguimento de crises comerciais profundas e, portanto de baixa prolongada de preços”, mecanismo que se reproduz com “a política pombalina do terceiro quartel do século XVIII”.¹¹ Godinho homologiza o discurso que busca explicar a não industrialização portuguesa repondo para o século XVIII a mesma explicação dada para o século XVII, quando iniciativas industrialistas encetadas pelo poder público fracassaram, não por causa da crise comercial, como vimos acima, mas por conta do boom aurífero. Experiências falhadas que também não podem ser explicadas pelo projeto arcaico que emblemizava a sociedade portuguesa, uma espécie de mantra explicativo da condição colonial-atinente às tentativas falhas de industrialização, no que é impropriamente acompanhado pelos que vêem na essência da política colonial portuguesa o arcaísmo por projeto, elevado à condição de nervo explicativo da condição colonial, como querem João Fragoso e Manolo Florentino,¹² interpretação que se contrapõe à efetiva modernização das relações entre metrópole e colônia havidas na segunda metade do século XVIII, um projeto modernizador, ante-arcaico. Esta linhagem interpretativa explica a aproximação entre os revisionistas portugueses e seus seguidores no Brasil na árdua tarefa de ressemantização histórica da Colônia, da natureza mesma de sua existência, das condições específicas de sua existência e emancipação. Um privilegiamento nada recôndito da continuidade em detrimento da ruptura, onde tudo são conjunturas; nada é estrutural.

Como falar em arcaísmo como projeto face ao significativo crescimento econômico na pós-crise aurífera, fruto incontestado do novo e complexo relacionamento metrópole-colônia. Nele, as colônias tornam-se mercados consumidores das mercadorias industrializadas produzidas na metrópole e fornecedores de alimentos e matérias-primas, com evidente declínio dos produtos tropicais. É notável a distância entre este novo padrão de relacionamento e aquele que se delineara na fase de montagem do sistema colonial, e mesmo de sua maturidade, isto é, nos séculos XVI e XVII. O novo modelo não rompe visceralmente com o anterior. Reforça os laços entre a metrópole e a colônia e, de certa forma, antecipa as tendências que seriam dominantes na segunda metade do século XIX, no quadro do neocolonialismo. É pioneiro e precoce. Emerge do âmago do sistema colonial, o que talvez explique os entraves estruturais à sua rápida e plena realização.

Metrópole e colônia vivem um momento excepcional em termos de criatividade. A metrópole avança criando fábricas; a colônia diversifica sua produção; seus mercados se integram interna e externamente. As rendas geradas pelo setor exportador são ligeiramente menores tanto no Brasil quanto em Portugal se comparadas ao auge da produção aurífera, mas recompensam pela sua distribuição mais plural, refletida nos índices de renda *per capita* em flagrante elevação na colônia. A conjuntura econômica, portanto, era de prosperidade; não de retração, nem de prostração, muito menos de decadência, como Celso Furtado chegou a rotular este período final da colônia.

Esta marcante transformação nas relações coloniais foram precedidas por mudanças havidas na segunda metade do século XVII, consecutivos à crise geral que se desenrola preponderantemente em sua primeira metade, quando o padrão dominante no século inicial da colonização sofreu uma torção significativa e os primeiros sinais da emergência de uma nova configuração nas relações no âmbito do sistema colonial aparecem (cf. Hobsbawm, 1965: 51). Rompe-se o monopólio da produção açucareira, acirra-se a competição entre as metrópoles, internacionaliza-se o capital mercantil, amplia-se o consumo pela baixa de preços, ao mesmo tempo que cresce o mercado consumidor colonial para produtos manufaturados vindos das metrópoles. A maximização dos lucros pela otimização dos fatores de produção, estritamente regidos pelas leis da economia de mercado, sugerem a emergência de um segundo sistema Atlântico, no qual Portugal já não mais detém o quase monopólio da oferta mundial de açúcar, segundo Peter Emmer (1991). Um sistema que se especializa, mas que preserva na essência as traves mestras do sistema, pois o sistema produtivo açucareiro assentava-se ainda sobre o tripé monocultura, latifúndio e escravidão.

A diferença essencial do novo padrão de colonização criado pelos portugueses estava exatamente no enlace colônia-metrópole sob a égide da industrialização, um novo arranjo pelo qual, sem abrir mão do monopólio, renova-

va-se o relacionamento bilateral alçado a um novo patamar de complexidade. Equívoco falar-se, portanto, em decadência ou crise seja no sentido amplo ou estrito. Trata-se de uma crise de crescimento que, em Portugal, transforma-se gradativamente em crise de retração, que alguns autores preferem denominar “colapso” (cf. Alexandre, 1993; Pedreira, 1994), reforçando a sensação de um tempo perdido que conduz a retificação nostálgica do mito da decadência. No Brasil, igualmente, a produção historiográfica dos anos 60 acabou por consolidar a idéia de que uma “profunda prostração” se abatia sobre a colônia, nos anos que antecederam a independência. Celso Furtado refere-se à falsa euforia do fim da época colonial (Furtado, 1963: 112). Virgílio Noya Pinto assim entende o período em seu estudo sobre a conjuntura econômica na época da Independência (Pinto, 1969). Essas interpretações são bem o exemplo de como as condições históricas presentes, vivenciadas pelos historiadores, podem influir em sua percepção do passado. De fato, no momento em que esses escritos eram produzidos, deparávamo-nos, no país, com o impacto de uma forte crise do capitalismo periférico, crise esta que, *mutatis mutandis*, guardava uma vaga semelhança com a crise do final dos setecentos. A intelectualidade brasileira, que vivenciava a intensidade histórica deste período, ante-sala dos anos de exceção que se seguiriam ao golpe de 1964, preconizava duas saídas possíveis para a crise: o colapso do capitalismo periférico no Brasil e seu deslocamento pela implantação de uma economia planificada de tipo socialista; ou, a caminhada da sociedade brasileira rumo à inexorável estagnação econômica. A aproximação imaginária entre estes dois momentos críticos da História do Brasil induziu à identificação simbólica entre a crise do sistema colonial e crise do capitalismo periférico; a alternativa revolucionária espelhada na Revolução cubana com a ruptura do pacto colonial e o movimento da Independência; a estagnação irremediável, a barbárie econômica, com a situação econômica e política de Portugal após a transmigração da família real para o Brasil, decadência e subdesenvolvimento.

Três décadas se passaram. O movimento da história ulterior à crise dos anos sessenta demonstrou que havia uma terceira possibilidade inscrita na interpretação da crise do capitalismo nos países periféricos: nem revolução, nem barbárie. A possibilidade de que o capitalismo continuasse a vigor, porém amenizado em suas transgressões sociais por reformas democráticas ou democratizantes, reais ou simplesmente alardeadas.¹³ O reconhecimento desta realidade poderia ter levado os historiadores que vivenciaram esta experiência histórica à consciência de que havia a possibilidade de um crescimento efetivo da colônia no interior das malhas do sistema colonial, possibilidade que não se concretizou nas análises produzidas naquele contexto.¹⁴

Partindo-se do pressuposto de que houvera crescimento real na colônia brasileira, como entender a ruptura do pacto colonial? Como o resultado ocasional de contingências históricas fortuitas e inapeláveis?

O discurso político da elite colonial era, sobretudo, anticolonial e antimetropolitano, o que se explica pela necessidade urgente de preservar a liberdade de comércio e a autonomia conquistada com a quebra do monopólio, no contexto da abertura dos portos.¹⁵ Mas esta mobilização crítica do pensamento não poderia se constituir de um momento para outro, daí depreendendo-se que falava mais alto a linguagem do mercado, da liberdade dos mercados, que teria que fluir, necessariamente, da consciência de que as células esparsas do mercado colonial, aos poucos, no processo colonizador, constituíram uma rede de malhas irregulares, é fato, mas cujos laços se apertam no decurso do século XVIII, sobretudo em seu último terço, quando os mercados regionais começam a se definir e adquirir personalidade própria.

Neste século, o sertão foi varejado nas picadas dos comboios de animais; no trânsito de homens sequiosos por pedras preciosas, por metais e pela escravização de outros homens, os nativos denominados eufemisticamente *negros da terra*. Os núcleos mineradores arrastaram os homens, o imaginário, a história. A distância entre os agrupamentos urbanos aliviava o controle e propiciava a revolta. Economias medíocres, quase auto-suficientes, mas resistentes, como a dos paulistas, alicerçada na experiência *sui generis* do sertanismo¹⁶ davam vazão às explosões de violência, mas atrelam-se ao mercado das Minas Gerais, via abastecimento oriundo dos campos dos Goitacazes. Os próprios quilombos, os redutos de sicários, integram-se aos mercados próximos originando atividades temporárias ou permanentes. Portanto, laços tênues, cotidianamente repetidos, formando uma teia relacional de longo curso. Nos pólos nevrálgicos do sistema, aqueles articulados fortemente às economias exportadoras, vicejavam os comerciantes, tão ricos e poderosos que deles se dizia, no século XVIII, que a “Espanha era uma colônia de suas colônias” (cf. Braudel, 1996: 373). Por aí se entende a recorrência da presença de mercados coloniais nos movimentos de resistência, em conflito permanente com seus competidores metropolitanos.

No momento da crise do sistema a colônia brasileira revela uma economia ativa, visível na pluralidade de relações de trabalho observada em suas várias regiões; pela disparidade dos preços da produção interna de produtos similares; pela forte ação do contrabando nos portos brasileiros nos anos anteriores a 1808 que, pela manutenção dos índices de exportação e declínio das importações portuguesas, expõe o escancaramento dos portos mesmo antes da abertura oficial, revelando a inexorável destruição do regime de exclusivo, que somente se tornou exequível graças à convivência dos colonos que, assim, forjavam seu próprio caminho das malhas do sistema colonial (cf. Arruda, 1996b: 195-206).

A intensificação do contrabando nesse período crucial toma-se emblemática.¹⁷ Simboliza, de um lado, a resistência colonial e, de outro, a concretização da pressão inglesa que forçava no sentido da abertura dos portos do Brasil (cf.

Maxwell, 1993: 230). Os testemunhos do contador Maurício José Teixeira de Moraes são prova eloquentes do desespero que se abate sobre as autoridades portuguesas. Em 1802, no prólogo da Balança de Comércio, afirmava: “queira a sorte que não suceda o mesmo nos anos futuros pela abundância de contrabando que se introduz na América”. Em 1805, voltaria a lamentar-se: “diminutas exportações procedem indubitavelmente do muito contrabando, cuja entrada está franqueada naqueles portos...; e, se pelo contrário, as importações neste Reino não tem diminuído, segue-se que o referido contrabando é todo vendido a troca de moeda corrente”. Uma ação tão agressiva teria que contar, certamente, com o respaldo dos habitantes da colônia e, até mesmo, dos comerciantes portugueses aqui instalados. É o que se depreende dos escritos de 1806: “a estagnação do comércio provém do ruinoso princípio da introdução clandestina das mercadorias proibidas neste e naquele continente, pera falta de patriotismo de alguns negociantes que, esquecidos das leis que nos regem, procuram tão somente os seus interesses”. A consumação da tragédia por vir, anunciada anos, antes se dá em 1807, quando diz: “tenho muito pouco a ponderar do estado do nosso comércio que não seja uma repetição do que disse nos anos de 1805 e 1806, por ele caminhar para sua, decadência e abatimento”.¹⁸ Decadência, abatimento, do fluxo mercantil português com o Brasil, não do comércio geral da colônia, que passava a ser crescentemente abastecida pelos navios das nações estrangeiras.

Mesmo que se afirme que os responsáveis pela coibição dos descaminhos, como era o caso do contador Maurício José, via de regra exageram em suas avaliações sombrias, não se pode negligenciar a conclusão óbvia de que as exportações portuguesas para a colônia tenderam a zero e que, efetivamente, os portos brasileiros abriam-se antes de 1808, transformando o documento de abertura dos portos nesta data mera formalização sobre práticas concretas.

O período de 1780-1830 é vital para que se possa compreender a trajetória histórica da colônia brasileira. Nublado pela experiência vitoriosa do açúcar, do ouro e do café, nos acostumamos a remeter para segundo plano a produção de subsistência, a dinâmica complexa do abastecimento interno, a força da diversificação econômica, que é a marca indelével do período. E a partir dela que se pode entender a emergência de um patamar mínimo de integração do Brasil no mercado mundial; um estreitamente das relações entre as diferentes regiões e zonas produtivas; a emergência de diferentes formas das relações de trabalho; de diferentes níveis de padrões de acumulação nas regiões brasileiras; e, até mesmo, o despontar de um centro dinâmico capaz de integrar o conjunto da economia colonial, como foi o caso de Minas Gerais. O significado histórico desta experiência tem o seu significado histórico exponencializado quando contraposto ao exemplo das colônias espanholas da América, que realizam uma trajetória inversa. O rompimento com a metrópole anula o único vínculo de unidade existente, expondo e reforçando a pluralidade dispersiva da regionalização econômica.

Revela-se, portanto, na integração de vários mercados regionais brasileiros em torno de um centro articulador, o surgimento de um esboço do mercado nacional, em função do qual se arregimentam interesses sociais específicos, capazes de mobilizar a ação política coletiva rumo à ruptura e à constituição do Estado Nacional. A crise do sistema colonial produz-se no interior do processo colonizador, onde se engendra a nação e se gesta a noção de pertencimento, reforçada pela linguagem do interesse comum do mercado.

NOTAS

- ¹ Neste sentido a historiografia define-se por ser a dialógica da transtemporalidade, concepção explicitada in Arruda (2014a), especialmente o capítulo “Historiografia: consciência crítica da produção histórica”, pp. 17-62.
- ² De toda evidência, trata-se de uma colônia de exploração, de acordo com a tipologia clássica de Leroy-Beaulieu (1902: 563 e ss), assumida por Fernando Antônio Novais (1969b: 55). Fora de cogitação, portanto, entendê-la como “uma colônia de povoamento”, como o faz Alexandre (1993: 810). Não se percebe a distinção fundamental, neste caso, entre explorar economicamente para fixar a população (colônia de povoamento) e povoar para garantir a exploração econômica (colônia de exploração). Em dois livros diferentes: Prado Junior (1961a, 1961b) já ensinava que: “para os fins mercantis que tinha em vista... era preciso... criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem, e organizar a produção dos gêneros que interessavam seu comércio. *A idéia de povoar surge daí e só daí*” (grifo nosso).
- ³ Para Fernand Braudel, “o processo de produção é uma espécie de motor de dois tempos, os capitais circulantes são destruídos imediatamente para serem reproduzidos ou mesmo aumentados”, já, “a deterioração do capital fixo é uma doença econômica perniciososa que nunca se interrompe”. Assim sendo, “é a estrutura econômica e técnica que condena certos setores (particularmente a produção ‘industrial’ e agrícola) a uma pequena formação de capital. Sendo assim, não é de admirar que o capitalismo do passado tenha sido mercantil, que tenha reservado o melhor do seu esforço e dos seus investimentos à esfera da circulação”. O resultado é uma contradição flagrante, pois “em países subdesenvolvidos q capital líquido, facilmente acumulado nos setores preservados e privilegiados da economia, seja por vezes superabundante e incapaz de ser investido de modo útil em sua totalidade. Instala-se sempre um vigoroso entesouramento. O dinheiro ‘estagna’, ‘apodrece’, o capital é subempregado”. Em certos momentos, “ultrapassa a quantidade de bens capitais e de dinheiro que sua economia poderia consumir. Então chega a hora das compras às terras pouco rentáveis, a hora das magníficas casas de campo construídas nessa época, do desenvolvimento monumental, das explosões culturais”. Essas economias produzem uma “quantidade notável de capital bruto, mas em certos setores esse capital bruto derreteria como neve ao sol” (Braudel, 1996: 210-215).
- ⁴ Sobre este tema, ver Cardoso (1979).
- ⁵ Estas reflexões, absolutamente necessárias, Novais (1997), relegou a uma nota de pé de página de seu referido capítulo.

- ⁶ Desdobramento natural dessas proposições são as inquietações que assomam Fernando Novais, ao refletir sobre o “novo sentido” da economia colonial, que lhe provocam inúmeras interrogações: “Uma questão que sempre me ocorre diante desses argumentos é esta: se não são estas as características (extroversão, externalidade da acumulação, etc.) fundamentais e definidoras de uma economia colonial, o que, então, as define? Ou será que não se definem? Será que nada de essencial as distingue das demais formações econômicas? Não creio que seja esse o objetivo dos revisionistas” (*ibidem*).
- ⁷ Republicado sob o título “Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva” (Schwartz, 1999).
- ⁸ Cf. Arruda (1980). Passados 25 anos desde que esta obra foi escrita, suas conclusões fundamentais permanecem de pé. Especialmente no que tange à importância decisiva da perda do mercado brasileiro na explicação da crise da indústria portuguesa. As reavaliações quantitativas feitas por Valentim Alexandre aperfeiçoaram dados extraídos das Balanças de Comércio, mas as conclusões decisivas mantêm-se: a ideia da diversificação, o déficit de Portugal perante a Colônia, a intensidade do contrabando. Certamente, o avanço da pesquisa, permitiu a relativização dessas conclusões, mas não sua invalidação (cf. Alexandre, 1993, especialmente, pp. 25-89).
- ⁹ Note-se que a ideia de diversificação do mercado colonial, da intensificação do processo de acumulação interna fora por nos apontado claramente em 1972, ano de redação de *O Brasil no Comércio Colonial*, e retomado enfaticamente em 1985 no artigo: “A Prática Econômica Setecentista no seu Dimensionamento Regional”.
- ¹⁰ De toda evidência trata-se de uma visão externa, metropolitana, da história colonial. Incrível é que haja epígonos que a assumem e reproduzem em escritos descharacterizadores de nossa trajetória histórica, forçando no sentido de minimizar a importância dos movimentos de resistência ocorridos na Colônia. Exemplo típico dessa postura revisionista conservadora é a afirmação de Guilherme Pereira das Neves: “parece pouco provável que os movimentos contestatórios do período tenham. A dimensão que lhes emprestou uma historiografia nacionalista, sequiosa de encontrar os antecedentes da Independência de 1822 e de estabelecer os mitos fundadores da nova nação”. Se esta interpretação é atribuída a uma historiografia nacionalista, como qualificar a desconstrução do articulista? Se não há relação entre a Independência e esses movimentos anteriores, o que foi a Independência? uma dádiva? um aborto? (cf. Neves, 1995: 91).
- ¹¹ Cf. Godinho (1955: 208), retomando-se o tema nas páginas 279 e ss; para nossa argumentação em torno do tema, cf. Arruda (1997).
- ¹² “O arcaísmo é, isto sim, um verdadeiro projeto social”, o que explicaria porque as tentativas de industrialização, “ocorridas nos séculos XVII e XVIII somente em meio a conjunturas nas quais a reprodução deste tipo de projeto se via ameaçado; uma vez que o passado arcaico retomou com força total” (cf. Frago e Florentino, 1993: 27), interpretação que confronta os dados pois, como vimos, o projeto metrópole/colônia no período em tela pode ser considerado revolucionário.
- ¹³ Fernando Henrique Cardoso é considerado um dos raros intelectuais que foram capazes de intuir estas possibilidades (cf. Cardoso, 1972: 66).

- ¹⁴ Cf. Mauro (1972: 3-47); Mattoso (1973: 167-182); Johnson (1971: 39-47).
- ¹⁵ Cf. Costa (1969: 63-124); Arruda (2008b: 75-85).
- ¹⁶ A especificidade de São Paulo como colônia açucareira nos primórdios da colonização, ver: Arruda (2011).
- ¹⁷ “However, in moments of crisis, the aggressive penetration of foreign commerce into the colony could lead to a disintegration of the system or the loss (independence) of the colony” (Arruda, 1991: 397).
- ¹⁸ Prologo das *Balanças de 1802, 1805, 1806 e 1807*. Moraes, M. J. T. (1807) *Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com seus Domínios*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística. Texto atualizado. Em estudo recente, Ernst Pijning analisa de forma densa e penetrante a relação entre contrabando e sistema colonial. Parte da constatação de que o fenômeno do contrabando era parte visceralmente constitutiva do tecido da sociedade colonial e mesmo de sua mentalidade. Constata, a partir da análise das apreensões realizadas pelo poder público no final do século XVIII, no Rio de Janeiro, a intensificação do comércio ilegal, pois os altos e baixos das apreensões mostram a cautela que se segue às ações restritivas. De qualquer forma, o ano de 1798 é expressivamente distinguido pelo salto espetacular das apreensões, definindo um momento específico do fortalecimento da prática do contrabando no Brasil colonial (cf. Pijning, 1997: 17).

FONTES

Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com seus Domínios e Nações Estrangeiras. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos.

Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com seus Domínios e Nações Estrangeiras. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE, Valentim (1993): *Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*, Lisboa, Edições Afrontamento.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade (1980): *O Brasil no Comércio Colonial*, São Paulo, Ática.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade (1985): “A Prática Econômica Setecentista no seu Dimensionamento Regional”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 5, 10, pp. 123-146.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade (1991): “Colonies as Mercantile Investments”. In TRACY, J. D. (Ed.), *The Political Economy of Merchant Empires*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 360-420.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade (1996a): “Exploração Colonial e Capital Mercantil”. In SZMRECSANYI, T. (Org.), *História Econômica do Período Colonial*, São Paulo, Hucitec, pp. 217-223.

- ARRUDA, José Jobson de Andrade (1996b): “Mercado Nacional e Mundial entre o Estado e a Nação: Brasil, da Colônia ao Império”. In *Estados e Sociedades ibéricas. Realizações e Conflitos (Século XVIII-XX)*, Actas dos 3º Cursos Internacionais de Verão de Cascais, III, pp. 195-206, Cascais [1997].
- ARRUDA, José Jobson de Andrade (1997): “Decadência ou crise do Império luso-brasileiro: O novo padrão de colonização do século XVIII. Actas dos 4º Cursos Internacionais de Verão de Cascais, III, pp. 213-228, Cascais [1998].
- ARRUDA, José Jobson de Andrade (2008a): “O Império Tripolar: Portugal, Angola, Brasil”. In SCHWARTZ, S. e MYRUP, E. L. (Orgs.), *O Brasil no Império Marítimo Português*, Bauru, EDUSC, pp. 509-532.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade (2008b): *Uma Colônia Entre Dois Impérios. A Abertura dos Portos Brasileiros 1800-1808*, Bauru, EDUSC.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade (2011): *São Paulo nos Séculos XVI e XVII*, São Paulo, Imprensa Oficial.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade (2014a): *Historiografia: Teoria e Prática*, São Paulo, Alameda Casa Editorial.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade (2014b): “Superlucros: a prova empírica do exclusivo colonial”, *Topoi*, Rio de Janeiro, 15, pp. 706-718.
- BRAUDEL, Fernand (1996): “Os Jogos da Troca”. In *Civilização material, economia e capitalismo*, São Paulo, Martins Fontes.
- CARDOSO, Ciro F. (1979): *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, Petrópolis, Vozes.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1972): *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios*, São Paulo, DIFEL.
- COSTA, Emília Viotti (1969): “Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil”. In MOTA, C. G. (Org.), *Brasil em Perspectiva*, São Paulo, Difel, pp. 64-125.
- EMMER, Peter C. (1991): “The Dutch and the Making of the Second Atlantic System”. In Solow, B. (Ed.), *Slavery and the Rise of the Atlantic System*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 75-96.
- FRAGOSO, João L. R. (1992): *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1930)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo (1993): *O arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-1840*, Rio de Janeiro, Diadorin.
- FURTADO, Celso (1959): *Formação econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- GODINHO, V. Magalhaes (1955): *Prix et Monnaies au Portugal (1750-1850)*, Paris, Librairie Armand Colin.
- HAMILTON, Earl J. (1948): “The Role of Monopoly in the Overseas Expansion and Colonial Trade of Europe Before 1800”, *The American Economic Review*, Cambridge, 38, 2, pp. 33-53.

- HOBBSBAWM, Eric (1965): "The Crisis of the Seventeenth Century". In ASTON, T. (Ed.), *Crisis in Europe 1560-1660*, London, Routledge & Kegan Paul, pp. 5-58.
- JOHNSON, Harold B. (1971): "Money and Prices in Rio de Janeiro (1720-1860)". In MAURO, F. (Org.), *L'Histoire Quantitative du Brésil de 1800 a 1930*, Paris, CNRS, pp. 39-47.
- LEROY-BEAULIEU, Paul (1902): *De la colonisation chez les peuples modernes*, Paris, Guillaumin.
- MATTOSSO, Katia Mytilineou de Queirós (1973): "Os Preços na Bahia de 1750 a 1930". In MAURO, F. (Org.), *L'Histoire Quantitative du Brésil de 1800 a 1930*, Paris, CNRS, pp. 167-182.
- MAURO, Frederic (1972): "A Conjuntura Atlântica e a Independência do Brasil". In MOTA, C. G. (Org.), *1822: Dimensões*, São Paulo, Perspectiva, pp. 38-47.
- MAXWELL, Kenneth (1993): "The Atlantic in the Eighteenth Century: A Southern Perspective on the Need to Return to the 'Big Picture'", *Transactions of the Royal Historical Society*, London, 6th series, 3, pp. 209-236.
- MELLO, João Manuel Cardoso de (1982): *O Capitalismo Tardio*, São Paulo, Brasiliense.
- NEVES, Guilherme Pereira das (1995): "Do Império Luso-brasileiro ao Império do Brasil", *Ler História*, Lisboa, 27-28, pp. 75-102.
- NOVAIS, Fernando A. (1969a): "O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial". In MOTA, C. G. (Ed.), *Brasil em perspectiva*, São Paulo, DIFEL, pp. 47-62.
- NOVAIS, Fernando A. (1969b): "Considerações sobre o sentido da colonização", *Revista de Estudos Brasileiros*, São Paulo, 6, pp. 55-65.
- NOVAIS, Fernando A. (1972): "As Dimensões da independência". In MOTA, C. G. (Org.), *1822: Dimensões*, São Paulo, Perspectiva, pp. 15-26.
- NOVAIS, Fernando A. (1997): "Condições da privacidade na Colônia". In NOVAIS, F. A. (Org.), *História da vida Privada no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 13-39.
- PEDREIRA, Jorge (1994): *Estrutura Industrial e Mercado colonial, Portugal e Brasil (1780-1830)*, Linda-a-Velha, DIFEL.
- PLJNING, Ernst (1997): "Controlling Contraband: Mentality, Economy and Society in Eighteenth-Century Rio de Janeiro", tese de doutorado, Johns Hopkins University, Baltimore, Maryland.
- PINTO, Virgílio Noya (1969): "Balanço das transformações econômicas no Século XIX". In MOTA, C. G. (Ed.), *Brasil em perspectiva*, São Paulo, DIFEL, pp. 125-146.
- PRADO JUNIOR, Caio (1961a): *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, São Paulo, Brasiliense.
- PRADO JUNIOR, Caio (1961b): *História Econômica da Brasil*, São Paulo, Brasiliense.
- SCHWARTZ, Stuart B. (1996): "Somebodies and Nobodies in the Body politic: Mentalities and social structures in colonial Brazil", *Latin American Research Review*, 31, 1, pp. 113-134.

SCHWARTZ, Stuart B. (1999): “Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva”, *Economia e Sociedade*, Campinas, 13, pp. 129-153.

VAN BATH, Barnard H. Slicher (1979): “Economic Diversification in Spanish America Around 1600: Centres Intermediate, Zones and Peripheries”, *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas, Anuario de Historia de América Latina*, 16, pp. 53-95.